



Anais da Assembléia

N.º 73

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 63.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1982.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Valduga.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 62/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei e Lei Complementar, sob os seguintes números:

168/81: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública o BANCO DE OLHOS DE CURITIBA — BOC, com sede e foro nesta Capital, o qual, convertido em Lei, tomou o número 7.605. Anote-se. Arquite-se.

167/81: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE RIOS, com sede em Entre Rios, o qual convertido em Lei tomou o número 7.606.— Anote-se. Arquite-se.

08/82: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito de JANGADA no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações que espe-

cifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.604.— Anote-se. Arquite-se.

09/82: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de NILZA, no Município de Iporã, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.603.— Anote-se. Arquite-se.

10/82: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de GUAIPORÃ, no Município de Iporã, com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.602.— Anote-se. Arquite-se.

52/82: Do Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova denominação ao Município de Altamira, passando a denominar-se ALTAMIRA DO PARANÁ, o qual convertido em Lei tomou o número 7.601.— Anote-se. Arquite-se.

30/82: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, através de Entidades da Administração Indireta do Estado, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.607.— Anote-se. Arquite-se.

163/81: Dos Senhores Deputados ADALBERTO DAROS e JOÃO MANSUR, que concedem o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, a Dom EUFREIN KREVEY, o qual convertido em Lei tomou o número 7.608.— Anote-se. Arquite-se.

31/82: Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ GUIMARÃES FALCÃO, o qual convertido em Lei tomou o número 7.609.— Anote-se. Arquite-se.

144/81: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor EGAS PENTEADO IZIQUE, o qual convertido em Lei tomou o número 7.610.— Anote-se. Arquite-se.

67/81: Do Senhor Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, a LEONCIE LÊA CORREIA LEAL, o qual convertido em Lei tomou o número 7.611.— Anote-se. Arquite-se.

159/81: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná — Núcleo Regional de Cornélio Procópio, lote de terreno, situado na sede do referido município, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.612.— Anote-se. Arquite-se.

16/82: Do Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ,

que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIOERÊ, com sede e foro na cidade de GOIOERÊ, o qual convertido em Lei tomou o número 7.613.—
Anot-se. Archive-se.

157/81: Do Senhor Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o CLUBE DO GOLFINHO, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.614.—
Anot-se. Archive-se.

81/81: Do Senhor Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.615.— Anote-se. Archive-se.

02/82: Do Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o número 7.616.—
Anot-se. Archive-se.

12/82: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS, com sede e foro na cidade de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o número 7.617.—
Anot-se. Archive-se.

156/81: Do Senhor Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que altera o artigo 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981 (Sobre transferência de área dos Municípios), o qual convertido em Lei Complementar tomou o número 15.—
Anot-se. Archive-se.

Sob o n.º OF/PRES/N.º 122, da Senhora LEONCIE LÊA CORREIA LEAL — Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência — L.B.A., agradecendo a todos os componentes desta Casa Legislativa e particularmente ao Deputado Tércio Albuquerque, pelo Título de Cidadã Benemerita do Paraná, recebido através do Decreto Lei n.º 7.611, de 21 do mês próximo passado.— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata, um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor TSUNETO MATSUBARA, ocorrido dia 24 de julho próximo passado, em virtude de lamentável acidente automobilístico de que o vitimou na estrada que liga Itambaracá a Bandeirantes.

O extinto deixou viúva a Senhora ANA TOMOKO TAKAIA MATSUBARA e os filhos MARGARETE, PAULO e HENRIQUE.

Enlutada ainda, ficou a região, face ao grande prestígio que o extinto desfrutava, sendo inclusive Diretor do Matsubara Esporte Clube.

Da decisão do Plenário, solicito-seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o ARQUIVAMENTO DO PROJETO DE LEI N.º 23/82, oriundo da Mensagem Governamental n.º 33/82, tendo em vista que a Lei n.º 7633, já permitiu a concretização da finalidade da matéria no mesmo versada, a qual seja a doação de imóvel do Estado para o Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o ARQUIVAMENTO do Projeto de Lei n.º 154/80, de sua autoria, que visa alterar o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado, permitindo a contagem do tempo de serviço prestado pelos servidores públicos na atividade particular - (Contagem recíproca), tendo em vista a aprovação por esta Casa e a consequente sanção governamental, do Projeto de Lei n.º 57/82, com idêntica finalidade.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada uma Comissão constituída através de Senhores Deputados para representar este Poder Legislativo na viagem que todos os Srs. Prefeitos da Região Oeste deverão realizar dia 22 do corrente, à Assunção - Paraguai, quando, além das visitas aos Parlamentares e Órgãos Públicos daquela Capital, estarão em audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner.

Em anexo, seguem Ofício e Programa enviados a este Deputado.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, que torne sem efeito a convocação do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, aprovada por requerimento na sessão do dia 30 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 80/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a permutar um imóvel situado no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, medindo 15.800,00 metros quadrados de propriedade do Estado do Paraná, pelos imóveis constituídos pelas quadras n.ºs 14, 22 e 32 com sessenta (60) lotes e parte da quadra n.º 03 com oito (08) lotes da planta denominada Jardim Veneza, do Município de Piraquara, com a área total de 44.187,60 metros quadrados de propriedade da Comunhão Espírita Cristã de Curitiba.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar a área de terreno situada no lugar denominado Santo Antônio do Tarumã, medindo 15.800,00 metros quadrados, de propriedade

do Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição n.º de ordem 12.326, do Livro 3-H de transcrição das Transcrições do Cartório do Registro de Imóveis da 2a. Circunscrição da Comarca da Capital, pelos imóveis constituídos pelas quadras n.ºs 14, 22 e 32, com 60 (sessenta) lotes e parte da Quadra n.º 3, com 08 (oito) lotes da planta denominada Jardim Veneza, do Município de Piraquara, com a área total de 44.187,60 metros quadrados de propriedade da Comunhão Espírita de Curitiba.

§ Único — A permuta de imóveis de que trata este artigo, será efetuada independente de avaliação.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) JOÃO MANSUR.

PROJETO DE LEI N.º 81/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL", com sede à Avenida Caetano Munhoz da Rocha, n.º 39, na cidade de Centenário do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1982.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Reconhecido como SINDICATO DOS PRODUTORES AUTÔNOMOS NA LAVOURA DE CENTENÁRIO DO SUL, em 15 de junho de 1962, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, sob o n.º 157.458/63, vindo posteriormente a ser denominado SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL, com expedição da segunda via de sua Carta de Reconhecimento Sindical, em 25 de setembro de 1969, sob o n.º 139.169/68, e registrado no Livro n.º 35, Folhas n.º 32 daquele Ministério, em 02 de outubro de 1969, com a aprovação de seus Estatutos Sociais, através do Departamento Sindical daquele Ministério, passou, a partir daquela data, com sua nova razão social, como já vinha fazendo anteriormente, prestar uma maior assistência aos trabalhadores rurais daquele município.

O Relatório em anexo, ao presente projeto de lei, já justifica por todos os meios, que esta Casa de Leis, através de seus representantes, conceda ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CENTENÁRIO DO SUL, o título de utilidade pública, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à coletividade rural daquele município, nestes longos 20 anos em que vem funcionando, procurando mesmo dentro de suas dificuldades financeiras e materiais, dando uma melhor assistência ao trabalhador rural, e em especial ao trabalhador "bóia-fria", que é o menos favorecido dentro desta classe profissional de trabalhadores.

PROJETO DE LEI N.º 82/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Mourão, dois lotes de terreno, denominado Cartas de datas n.º 12 e 13, quadra n.º 23, da Planta da cidade, situados no perímetro urbano, com as seguintes divisas: a nordeste, com a carta de data n.º 14, na extensão de 32,50m; a sudeste com a Av. Capitão Índio Bandeira, com extensão de 36,85m; a sudoeste com a Rua Francisco Albuquerque, na extensão de 32,50m; e a noroeste com a carta de data n.º 10-A, com extensão de 36,85m, com área total de 1.197.625m², transcrito sob n.º 26.863, no livro 3M, de 25.09.1964, da circunscrição de Campo Mourão, com um prédio de alvenaria.

Art. 2.º — O objeto da doação de que trata o artigo primeiro será utilizado exclusivamente para a instalação do Museu Histórico de Campo Mourão, constando a cláusula de inalienabilidade.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1982.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Os terrenos, objeto da presente doação, já pertenceram ao Município de Campo Mourão. Em 1963, através da Lei Municipal n.º 24/63, o Município fez a doação dos citados lotes ao Estado, o qual construiu um prédio de alvenaria onde funcionava o Posto de Saúde.

Como o Governo construiu nova Unidade Sanitária em Campo Mourão, este imóvel está sem uso, e como o prédio construído foi o primeiro de Campo Mourão, nada mais justo que seja doado àquela comunidade, a fim de guardar a sua memória histórica.

PROJETO DE LEI N.º 83/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Gil Gouveia Macieira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A personalidade do Sr. Gil Gouveia Macieira é das mais conhecidas nos meios social, empresarial e político de nosso Estado. A sua atuação frente ao setor financeiro da Caixa Econômica Federal é das mais destacadas e muito contribuiu para que o nosso Estado fosse beneficiado com inúmeros programas no campo social-financeiro. O "curriculum vitae" e o relatório circunstanciado de suas atividades, frente à Presidência da Caixa Econômica Federal que anexamos ao presente, bem dizem da justeza da homenagem que estamos propondo seja outorgada a tão ilustre brasileiro, como reconhecimento do povo paranaense ao seu trabalho e contribuição em prol do engrandecimento do Paraná.

A situação da Caixa Econômica Federal na gestão Gil Macieira, trouxe expressivas obras ao Paraná, tais como:

1— NA ÁREA DO PIS e FAS:

- a. 22 municípios com financiamento para CSU no montante de Cr\$ 115.665.100,00
- b. Financiamentos à FUNDEPAR, para ampliar a melhoria da Rede de ensino Cr\$ 3.669.631.208,00
- c. Financiamentos a diversos Sindicatos do Estado do Paraná, destinados a aquisições e ampliações de sedes próprias Cr\$ 20.466.698,00
- d. Financiamentos às Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, para ampliação do campus e implementos Cr\$ 141.000.000,00
- e. Financiamentos a diversos Hospitais do Estado, destinados a construções e ampliações Cr\$ 69.703.212,00
- f. Financiamentos a diversas Entidades

e Empresas do Estado, para suas melhorias e para Capital de Giro Cr\$ 411.368.006,00
 g — Financiamento à SANEPAR, para implantação de sistema de esgoto sanitário Cr\$ 267.509.000,00
 totalizando Cr\$ 4.695.344.224,00

2 — NA ÁREA DE OPERAÇÕES DIVERSAS, destacou-se o programa educativo.

No ano de 1979, foram selecionados 2.754 candidatos Cr\$ 159.130.622,00
 em 1980, 2.313 candidatos Cr\$ 195.159.330,00
 e em 1981, 836 candidatos Cr\$ 257.261.375,00.

Portanto, sob a égide do Presidente Gil Gouveia Macieira, financiou-se 5.903 estudantes universitários — carentes — num valor total de Cr\$ 612.551.327,00; e

3 — NA ÁREA DE HABITAÇÃO E HIPOTECA, ATRAVÉS DE:

a) PROGRAMAS HABITACIONAIS

COHAPAR	Nº UNID. PRODUZIDAS	Nº UNID. A PRODUZIR	VALOR EM UPC
- contratado	1.825	1.962	2.454.047,65250
- a contratar		2.307	1.800.214,00000
TOTAL	1.825	4.269	4.254.261,65250
	6.094		

COHAB	Nº UNID. PRODUZIDAS	Nº UNID. A PRODUZIR	VALOR EM UPC
- contratado	16	1.615	1.391.205,69873
- a contratar		2.657	2.170.260,00000
TOTAL	16	4.272	3.498.465,69873
	4.288		

b) PROGRAMA EMPRESÁRIO.

Efetivaram-se 3.014 contratos no valor de
 Cr\$ 2.092.110.000,00; e

c) EMPRESÁRIO

	Nº UNID. PRODUZIDAS	Nº UNID. A PRODUZIR	VALOR EM UPC
COHAPAR			
- contratado	2.757		1.879.370,00000
- a contratar		257	212.740,00000
TOTAL	2.757	257	2.092.110,00000
	3.014		

4 — NA ÁREA DE HABITAÇÃO E HIPOTECA.

Durante ainda, a gestão do Dr. Gil Macieira, procedeu-se

nessa área de financiamentos a particulares o expressivo número de 21.110 financiamentos, totalizando Cr\$ 23.470.400,44.

Estas são as razões pelas quais submetemos à apreciação desta Casa o presente plano de lei que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 84/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Sociedade Irmãos Menonitas e Mensageiros da Paz - SIMPAZ, localizada à Avenida Brasil, n.º 375 — na cidade de Pato Branco - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende seja declarada de utilidade pública tem por finalidade exercer a assistência moral e social nas suas várias modalidades, sem fins lucrativos, bem como orientar o planejamento familiar, de saúde, nutrição e economia doméstica.

A documentação anexa, relata minuciosamente as atividades desenvolvidas pelas três categorias de sócios da SIMPAZ e comprova o preenchimento das exigências legais para que haja o reconhecimento público estadual, o que ora apresento e tenho certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres Parlamentares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 85/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Igreja Evangélica Pentecostal Luz de Cristo, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando serviços de orientação e apoio religioso à população e mantém um departamento de assistência social que necessita pleitear ajuda do Estado, do Poder Legislativo, bem como de particulares.

É uma entidade cívica, religiosa e moral e a documentação ora anexada, relata minuciosamente as atividades desempenhadas pela instituição, bem como comprovam as exigências legais previstas para a declaração de utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 86/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial "Alfonso Freitay" — com sede e foro na Vila Maripá — Palotina - PR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se enquadra dentro das exigências legais para tal fim, pois serve

desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários, bem como não remunera qualquer membro da Diretoria.

Esta Associação tem, como finalidade, expandir e aperfeiçoar a capacitação profissional, amparar e dar assistência educativa aos carentes, incentivar, criar e manter estabelecimentos de ensino de primeiro grau, Jardim de Infância e Pré Escolar.

Por tudo isto, temos certeza, contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estamos vivendo um problema muito sério, principalmente no Paraná, em função da sua agricultura.

E já estamos tomando medidas necessárias, pedindo, encarecendo, até apelando para o Ministro da Agricultura, para o Presidente da República. E quero, e peço, a todos os Deputados representantes nesta Assembléia, que façam, da mesma forma, este apelo.

Hoje, nós trazemos um requerimento, também de apelo, porque pedir, etc. parece que não está resolvendo, ao Governo Federal.

Faço um apelo aos Ministros Delfim Netto, do Planejamento, Mário Andreazza, do Interior e ao Presidente do BNH, José Lopes de Oliveira. Os problemas que estamos vivendo no setor de prestações do BNH, são altamente cruciantes, e, ao fazer este apelo, justificamos da seguinte forma: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições legais, REQUER, ouvido o Plenário da Casa, o envio de apelo aos Ministros Delfim Netto, do Planejamento, Mário Andreazza, do Interior e ao Presidente do Banco Nacional da Habitação - BNH, José Lopes de Oliveira, no sentido de instituir medidas que reduzam o valor das prestações da casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação, cujos últimos aumentos são insuportáveis pela maioria dos mutuários em todo o País.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1982.

(a) CYRO MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Com o último aumento do valor das prestações efetuadas pelo BNH, em 89,03% os adquirentes e possuidores de casa própria financiada, na maioria dos casos, não têm condições de enfrentar o compromisso. Não se entende porque o BNH insiste em cobrar tanto dos mutuários quando se sabe que a perda do poder aquisitivo do brasileiro médio tem decaído nos últimos anos, a despeito da nova política salarial adotada, pois os sucessivos aumentos dos preços dos gêneros de primeira necessidade e dos serviços públicos têm superado em muito os índices do INPC.

Há necessidade premente que seja reformulada e reduzido o percentual de aumento. No ano passado, o reajuste foi de 72,8% e promessas haviam sido feitas de que neste ano, o aumento seria menor. Por seguidas vezes o BNH anunciou mudanças e reduções, gerando esperança entre os mutuários, de que dias melhores viriam. No entanto, a não ser pequenas e repetidas inovações, não houve, na prática, nenhuma redução significativa dos índices incidentes nas prestações da moradia.

O Banco em questão e o Sistema Financeiro de Habitação foram criados para promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda.

Assumindo a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a direção do Sistema Brasileiro de Poupança e Empendimentos, o BNH dispõe de formidável fonte de recursos, fato que por si só justificaria uma política mais branda em relação aos mutuários brasileiros.

De uma instituição pública, com propósitos fundamentalmente sociais e recursos provenientes na sua quase totalidade, de empréstimos das classes assalariadas do Brasil, esperava-se, no mínimo critérios mais humanos e não somente econômicos. É bem verdade que a tarefa de ativar a construção civil e retomar os índices de produção industrial foi cumprida com êxito pelo BNH, mas é preciso haver também sensibilização para os graves problemas sociais que decorrem de uma política que não leva em conta o lado humano da questão.

É preciso também, que o Banco se aproxime mais da população de baixa renda que precisa moradia e que não pode continuar pressionada por compromissos financeiros incompatíveis com a sua realidade salarial.”

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideicino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou voltando do recesso parlamentar e tenho a impressão que o Estado do Paraná silenciou. Por aí, Sr. Presidente, nota-se que o Parlamento é a vida pública do Estado. A imprensa parece também ter se esquecido — não os profissionais da imprensa, ressalve-se, tempestivamente, mas as empresas hoje garroteadas pelos dinheiros públicos, pagos pelos governos, fizeram com que os Estados e, de modo especial, o Estado do Paraná, silenciassem quanto à necessidade do aumento do funcionalismo público.

O funcionário público é obrigado a pagar noventa e tantos por cento de aumento de aluguel, cinquenta e cinco por cento de aumento da tarifa telefônica, quase setenta por cento de aumento de tarifas de energia elétrica, correio e uma série de outras elevações, quando não se fala nas prestações do BNH, e o Governo do Estado parece mais surdo do que o silêncio do pequeno recesso parlamentar.

Sr. Presidente, é necessário sacudir o Estado; é necessário voltar à carga e é necessário exigir um comportamento compatível, de toda a máquina administrativa.

Ora, Sr. Presidente, seria necessário que a Oposição tivesse, novamente, de voltar à tribuna, com a mesma veemência, com a mesma exigência com a mesma intransigência, para reivindicar em nome do funcionário público? Ou será que o Governo está se esquecendo que, no dia 15 de novembro, funcionário público é um dos pulmões mais oxigenados para levar às urnas a respiração do próximo mandato?

Nesta altura dos acontecimentos, Sr. Presidente, é necessário lembrar: a grita não é só do funcionário público. Mas, este impedido ainda pela lei de exceção, não pode sequer fazer o seu movimento, através do seu organismo representativo de classe. E o Paraná continua em silêncio. Mas, o funcionário público saberá dar o seu brado, o seu grito, o seu sinal de vida, de esperança e de confiança naqueles que desejam mudar.

Ou o funcionário público aceita ficar como está, ou toma uma outra respiração.

Neste sentido, Sr. Presidente, fui, em poucas horas, chegando de viagem do interior, procurado por muitos dos funcionários públicos do Oeste, e ainda agora, no meu Gabinete, recebi vários telefonemas que quase me impedem de vir a esta tribuna, pedindo, insistentemente, para que buscasse o cumprimento da Lei Orçamentária, onde prevê que, a partir de 1.º de agosto, o Governo do Estado poderá elevar, antecipando os vencimentos do funcionário público.

Que o Governo cumpra a lei. A lei, inclusive, pretensamente locada para viabilizar o adiantamento do funcionário público, nos seus vencimentos.

Sr. Presidente, faço daqui um apelo ao eminente Governador Hosken de Novaes para que, no cumprimento da lei que dispõe de todos os poderes, para adiantar ao funcionário público a capacidade de continuar a sua sobrevivência.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o apelo: o aumento não pode ser menor de 40%. Faço mais ainda, o apelo para que seja, imediatamente, colocado à disposição do conhecimento de todo o Paraná, a intenção do Governo para que ele possa elevar os salários dos funcionários.

Encaminho, Senhor Presidente, à Mesa, também uma Emenda Constitucional, depois de autorizado por vários Senhores Deputados, conforme o Regimento, para que, através dele, acabemos com o Senador biônico.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina)

Consulto à Liderança do PDS. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/82, de autoria do Deputado Cyro Martins, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO CONSERVACIONISTA DE PONTA GROSSA", com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/82, de autoria do Deputado Ailton Cordeiro, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FUAD NACLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Responderam a chamada nominal 18 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/82.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 5, 7, 11, 20 e 44/82.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Departamento Legislativo

Coordenadoria de Imprensa Legislativa